



ATA 004/2021

Elaborado por: Jéssica Aguirres - Assessora Sindilat/RS		Ref.: Reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira
Data: 09/11/2021	Horário: 9h – 12h21min	Local: <i>Online – App Cisco Webex Meetings</i>

- 1) **Abertura da sala para acesso a reunião virtual:** A reunião foi iniciada 9h04min.
- 2) **Ronei Volpi - Coordenador Geral da ALSB 2020/2021, representantes das Secretarias Estaduais de Agricultura, Federações e Sindicatos das Indústrias dos três estados:** Ronei Volpi agradeceu a participação de todos e comentou sobre a importância da pauta da presente reunião. Volpi convidou os representantes do RS, estado qual seria anfitrião da reunião caso fosse presencial, o que não foi viável devido a pandemia de covid-19, a fazerem uso da palavra. Representando a Farsul, Rodrigo Rizzo, saudou a todos e informou que em decorrência de compromissos assumidos anteriormente, o presidente da Farsul, Sr. Gedeão Pereira, não pode estar presente. Rizzo compartilhou que a Farsul participou de uma reunião com as entidades que compõem o Conseleite para tratar de temas pertinentes ao setor, mais especificamente sobre o Conseleite/RS onde foi colocado que o cenário está muito delicado com relação a remuneração dos produtores e na Aliança Láctea devem ser tratadas pautas de convergência dos três Estados do Sul. Representando a SEAPDR, o Diretor de Políticas Agrícolas, Paulo Lipp, em nome da Secretária Silvana Covatti, saudou a todos os presentes e enfatizou a importância da Aliança Láctea para o setor leiteiro como exemplo de integração entre os Estados, o que não é comum em outras cadeias e isso é um diferencial do setor lácteo. Lipp cita que a equipe técnica da SEAPDR também acompanha a reunião através do Sr. Fernando Groff e da Grazziane Rigon. Fernando Groff, do departamento de Defesa Agropecuária do RS, agradeceu a oportunidade de participar mais uma vez da reunião da Aliança Láctea e cita que espera que possa ser feita reunião presencial assim que possível. Groff cita que a articulação entre os três Estados é muito positiva para a região e isso foi muito reforçado pela Aliança Láctea. Vice-presidente e representante do Sindilat/RS, Alexandre Guerra, cumprimentou todos os presentes e explanou que o setor sempre exige pautas desafiadoras e que nesse momento é importante um debate sobre o desequilíbrio do mercado onde as pessoas estão sem poder compra e os custos sobem a todo momento o que reflete em todos os elos da cadeia, a deixa sem resultados e trabalhando no negativo. Guerra diz que é muito importante buscar soluções conjuntas e buscar as forças das entidades e dos governos em prol do setor. Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS saudou a todos e citou que independente do momento, não se pode

esquecer do que está sendo debatido na COP26 e como setor lácteo acompanhará as tendências e trabalhará para se diferenciar neste sentido. Palharini defende que precisa ser buscado um grande diferencial na produção de leite na região Sul e que esse caminho poderia ser construído através da certificação de propriedades livres de tuberculose e brucelose, carbono neutro, sustentabilidade e leite A2, por exemplo. O executivo pede para que estes temas sejam incluídos nas próximas reuniões do fórum. Rodrigo Rizzo pede que, por o Rio Grande do Sul ser o anfitrião da reunião, o Presidente do Fundesa, Sr. Rogério Kerber, possa fazer uso da palavra. Kerber, por sua vez agradece a oportunidade de falar e cita que o setor tem muitas oportunidades e também muitos desafios como citou anteriormente Palharini e coloca o Fundesa à disposição para fortalecer mais ainda o trabalho de certificação de propriedades livres de tuberculose e brucelose, bem-estar animal e biossegurança. Representando Santa Catarina, o vice-presidente do Sindileite/SC, José Baldoíno cumprimenta a todos e salienta a boa condução de Ronei Volpi frente a Aliança Láctea em sua gestão e deseja uma boa trajetória com o Estado de SC frente ao fórum na coordenação geral. O presidente da Faesc, Sr. José Zeferino Pedroso, ao cumprimentar a todos, cita que o momento é complicado para o produtor de leite catarinense nos últimos dois anos os médios e grandes produtores têm sido mais penalizados. Pedroso lembra ainda que SC é desfavorecida na questão tributária perante PR e RS e que leites de outros estados estão entrando em SC com valores mais baixos que os do próprio estado. Volpi explica a Pedroso que está sendo trabalhada a viabilidade de uma reunião com os governadores dos três estados sobre tributação. O Secretário da Agricultura de SC, Sr. Altair Silva, saudou a todos e informou que o nome de consenso entre as entidades de Santa Catarina para coordenar a Aliança Láctea na gestão do biênio de 2022-2023 é o de Airton Spies. Silva lembra que o desafio de SC é o das pequenas propriedades e que corrobora com a fala de Pedroso sobre a não equivalência da tributação nos três Estados e cita que é muito importante uma reunião entre os estados da região para traçar um caminho de isonomia fiscal. Silva deixa o convite para reunião presencial em Santa Catarina. Representando o Estado do Paraná, o Diretor-Presidente da Adapar, Sr. Otamir Martins, informa que o Secretário não pode participar da reunião. Martins corrobora com Guerra e Rizzo sobre os preços e cita que hoje o setor enfrenta novamente a crise de insumos para a questão de tuberculose e brucelose. Informa que o Butantan liberará após o dia quinze de novembro uma nova remessa de testes, mas que são poucos e acredita que a Aliança Láctea precisa enviar ofício ao Ministério da Agricultura pedindo prioridade nos insumos de testes para os Estados do Sul, perante a volta das exposições de animais, a contaminação é mais frequente. Martins informa ainda que é importante convidar o Codesul para retornar a participar das reuniões da Aliança Láctea. Representando o Sindileite/PR, Wilson Thiesen cumprimenta a todos e parabeniza o Rio Grande do Sul pela bancada expressiva que está sempre presente no fórum. Thiesen corrobora com Guerra, Rizzo e Pedroso sobre o momento crítico do setor

que acompanha a mais de 40 anos e não via uma situação assim a muito tempo, pois hoje o alicerce está na incerteza o que torna o momento muito delicado e pede para que em assuntos gerais seja novamente chamado pois tem uma proposição a fazer. Pela Faep, o vice-presidente Financeiro Paulo Buso, saúda a todos os participantes e agradece Ronei Volpi por toda sua dedicação no período em que esteve na coordenação da Aliança Láctea.

3) Cenários da reforma tributária: Ronei Volpi convidou Marcelo Martins, Consultor da Câmara Setorial do Leite, para fazer sua explanação. Martins agradeceu o convite e citou que é extremamente importante o setor seguir participando dos debates da reforma tributária. Com o objetivo de avançar com a reforma tributária o Senador Roberto Rocha fez uma adequação do que já estava sendo proposto na PEC 110/2019 onde dividiu o IVA DUAL em IVA FEDERAL, que teria o CBS (PIS e COFINS) e IVA SUBNACIONAL que engloba o IBS (ICMS e ISS). Além disso, apresenta um imposto seletivo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. No IVA FEDERAL a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) promoverá a fusão da Cofins, inclusive Cofins-importação e do PIS, e será instituída por lei ordinária. Informou que prevalece o texto do PL 3887/2020, que entrará em vigor após a sanção pelo Presidente da República. O Senador Roberto Rocha enfatizou a tramitação simultânea da PEC 110/2019 e do PL da CBS 3887/2020. No entanto, acredita que a PEC tem que ser aprovada primeiro para conferir a base constitucional à CBS. Marcelo Martins explanou que as PREOCUPAÇÕES COM A APROVAÇÃO DA CBS (PL 3887/2020) são: A) 1,171 MILHÕES DE PRODUTORES RURAIS QUE PRODUZEM LEITE, SENDO 93% DE PEQUENOS PRODUTORES: Haverá aumento da carga tributária de bens e serviços utilizados na produção de leite. B) RETORNO DA TRIBUTAÇÃO SOBRE INSUMOS AGRÍCOLAS: Encarecimento no custo de produção de leite e conseqüente perda de competitividade pelo retorno da tributação sobre fertilizantes, corretivos, rações, vacinas, sementes, defensivos etc. C) FIM DO PROGRAMA "MAIS LEITE SAUDÁVEL: Descontinuidade do Programa de apoio técnico a mais de 79 mil pequenos produtores distribuídos em 2.257 municípios participantes em parceria com 596 empresas envolvidas. D) QUEDA DA PRODUÇÃO NACIONAL: Tendência de incremento significativo nas importações de derivados de leite para suprimento do Mercado Interno, proporcionado pelo estorno dos créditos dos produtos lácteos inclusos na cesta básica e pela cumulatividade decorrente da redução do crédito presumido na aquisição de leite in natura dos atuais 50% para 15%, tirando totalmente a competitividade da indústria nacional. E) CONSUMIDOR FINAL - Impacto relevante do aumento de preços do leite e seus derivados. Já no tocante ao IVA SUBNACIONAL que incluirá o Imposto sobre Bens e Serviços IBS (ICMS + ISS), o imposto sobre bens e serviços (IBS) subnacional, será instituído por meio de lei complementar, e compartilhado entre estados e municípios, a partir da união de ICMS e ISS. A competência administrativa desse tributo será gerida pelo Conselho Federativo

do IBS. A alíquota do IBS poderá variar entre os entes federativos, mas será uniforme para todas as operações com bens e prestações de serviços, ressalvadas as exceções previstas em lei complementar. A lei complementar poderá condicionar o crédito da entrada ao efetivo recolhimento do imposto devido na cadeia anterior e exigir o recolhimento parcial ou total do imposto no momento da liquidação financeira ou do pagamento. Ao invés de já definir na Constituição os regimes diferenciados e especiais, o relator optou por delegar a definição desses regimes à Lei Complementar, matéria que, a seu ver, é de natureza infraconstitucional. Martins informa que, para o relator, a intenção é que a Lei Complementar institua regimes especiais e favorecidos para assegurar um tratamento mais benéfico a segmentos socialmente relevantes, a exemplo de atividades agropecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais e também produtos integrantes da cesta básica de alimentos. O consultor chama atenção para o § 8º do art. 156-A redação do substitutivo que prevê que lei complementar regulamentará a devolução do IBS para famílias de baixa renda. “Trata-se de uma inovação nesta reforma tributária consoante com as melhores práticas internacionais”. No tocante ao novo Imposto Seletivo, o consultor destaca os seguintes pontos: A) Será calculado “por fora” e não mais “por dentro”. B) Período de dois anos de teste e mais cinco anos de transição do antigo para o novo modelo. C) Transição em 20 anos do modelo da origem para o do destino. D) O Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) será instituído por lei complementar, financiado exclusivamente por recursos do IBS. E) Manutenção do tratamento diferenciado da ZFM. F) Manutenção do tratamento diferenciado para o Simples Nacional. G) O relator optou por não abranger IOF e salário educação, argumentando que a alíquota da CBS seria muito elevada para substituir também esses dois tributos. Também optou por não tratar sobre a Cide-combustíveis. H) O imposto seletivo (IS), será instituído por lei ordinária, com caráter predominantemente extrafiscal, substituirá o IPI. I) O imposto incidirá sobre a produção, importação ou comercialização de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, não incidindo, contudo, sobre as exportações. J) O IS será de competência da União e sua arrecadação será partilhada com estados, Distrito Federal e municípios, seguindo os mesmos critérios atualmente previstos para a partilha da arrecadação do IPI. Suas alíquotas serão definidas em lei ordinária, mas poderão ser alteradas pelo Poder Executivo, dentro dos limites definidos na lei. Por fim, Martins cita, em geral, que os principais pontos de atenção são: A) Manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS; B) Crédito Presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na Cadeia Produtiva; C) Os itens da Cesta Básica devem ser sujeitos à Alíquota Zero (0%), e não isentos. D) Alíquota intermediária para os alimentos. E) Garantia da utilização de todos os créditos na aquisição de insumos/serviços. F) Rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição); G) Não incidência de imposto seletivo sobre os alimentos. Marcelo agradeceu a atenção de todos e colocou-se à disposição para sanar dúvidas. Alexandre Guerra, vice-presidente do Sindilat/RS, diz que é preciso continuarmos

mobilizados com o setor para não sermos surpreendidos e questiona se este ano irá para votação dado o final do ano que se aproxima e lembra que 2022 é um ano político, de eleições, onde acredita que se o setor seguir mobilizado, conseguiria manter sem prejuízos o setor até lá. Marcelo Martins diz que já se fala em reforma tributária somente para 2023 e informa que está madura para ser votada, mas que pode sim ser votada apenas em 2023. Martins informa ainda que a votação não é o maior ponto de atenção no momento e sim a tramitação, no entanto lembra que já ocorreu de projetos serem votados em um mês, por isso é necessário participar sempre do debate. Marcelo cita que o maior receio com este assunto é que em algum momento o setor desacredite que esse assunto siga adiante e deixe o assunto em segundo plano, pois teme ser surpreendido, logo, acredita que é importante manter o assunto em pauta. Guerra salienta que é necessário trabalhar de forma proativa e não corretiva. Airton Spies, questiona se em relação a exportação de lácteos a atual proposição da reforma traz algum ponto que possa incentivar a exportação. Marcelo Martins informa que quanto a exportação a proposta garante a desoneração das exportações e garante a restituição dos créditos. De uma forma macro, para a exportação, a reforma é interessante. Que o problema é, por exemplo, leite em pó, item que faz parte da cesta básica e que por estar com isenção será necessário estornar todos os créditos na aquisição do produto, e isso aumenta o custo de produção, pois não se irá se creditar do elo anterior. No cálculo feito para UHT, leite em pó, iogurte e queijo mussarela, tem um aumento de carga tributária de 2,2 bilhões e que somente para o leite em pó esse estorno dos créditos gera um aumento de 600 milhões por ano, reduzindo a competitividade. Logo, se por um lado o que é proposto na reforma é favorável às exportações, por outro lado ela tira créditos que irão acarretar na perda da competitividade. Marcelo diz que é necessário manter o crédito de hoje, que é 50% e não reduzir para 15% como é proposto no texto da reforma tributária. Martins lembra que isso pode implicar nas importações, o que é preocupante para o setor, pois este produto entraria com valor melhor que o próprio produto produzido internamente. Marcelo agradece a atenção de todos e coloca-se à disposição para participar de novas reuniões.

4) Transferência da coordenação para Santa Catarina – Gestão de 2022 e 2023: Ronei Volpi agradece a todos os membros da Aliança Láctea Sul Brasileira e equipes pelo apoio no período de sua gestão que foi um período pautado por incertezas e com muitos desafios que estão vencidos. Lembra que pela primeira vez um representante da região Sul é presidente da Câmara Setorial do Leite em Brasília, fórum em que a Aliança Láctea também tem cadeira. Volpi deseja sucesso para a gestão de SC. Ronei lembra que conforme determinado em ata de março de 2021, a coordenação da Aliança Láctea, a partir desta gestão será de bienal. Volpi convida Airton Spies, nome que as entidades representativas de SC elegeram para coordenar o Fórum. Airton Spies, agradece a confiança de todos e salienta que é uma honra estar à frente de um fórum tão importante. E que durante toda sua vida se

dedicou a aprender sobre o setor lácteo e espera que isso possa contribuir com as pautas trazidas para debate entre os três estados. Spies, lembra que existem atividades em andamento na Aliança Láctea e que este trabalho deve ser seguido e que novas pautas devem ser trazidas, como por exemplo os assuntos citados anteriormente por Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS. Spies lembra que a produção segue crescendo, mas que o número de produtores vem caindo, conforme relatório da Emater/RS focado no cenário lácteo gaúcho e que isso é uma tendência em todos os estados. Spies cita que, apesar dos desafios, o leite é um setor que merece dedicação e investimentos. Spies pede que o RS siga organizando a plataforma, com a organização das reuniões e secretariado. O novo coordenador lembra que é importante que os três Governadores estejam cientes das pautas da Aliança Láctea. Airton lembra que o principal objetivo do fórum é trabalhar pela competitividade do setor. Ronei Volpi pede que, a partir deste item da pauta, o novo coordenador, Airton Spies, conduza a reunião. Alexandre Guerra, que antecedeu a gestão de Volpi, estando a frente da Aliança Láctea no ano de 2020, agradeceu a Volpi pela sua excelente condução e colocou-se à disposição de Spies para auxiliá-lo no que for necessário.

5) Importância dos Conseeites para o equilíbrio do setor lácteo: Airton Spies explicou que este tema foi trazido em função de da volatilidade atual e cenário de mercado convidou, lembrou que em Santa Catarina houve uma manifestação importante sobre a relação com os elos da cadeia, e que visando fortalecer os Conseeites, convida Vânia Addario Guimarães, Professora Adjunta do Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná para fazer sua explanação. Vânia agradeceu o convite e explicou que o Conseeite não muda o mercado e sim mostra o mercado, trazendo informação. Em sua apresentação, Guimarães, objetiva informar qual a importância dos Conseeites para o equilíbrio do setor lácteo. Ela explica que em 2003 o Conseeite iniciou no PR, em 2006 no RS e em 2007 SC e que foi instaurado como uma ferramenta positiva para a relação entre indústrias e produtores. Vânia cita que os valores de referência são calculados a partir dos preços e volumes dos derivados lácteos comercializados pelas empresas participantes e por meio de um modelo técnico e econômico construído em conjunto com as suas respectivas Câmaras Técnicas. Os valores de referência levam em conta parâmetros de qualidade e volume do leite produzido pelos produtores e entregue às indústrias participantes. Os fundamentos básicos do Conseeite são: 1) Livre adesão 2) O valor de referência não é preço mínimo e nem preço máximo, apenas pretende servir de base para a livre negociação entre produtores e indústrias. 3) Transparência nas regras e na metodologia. 4) Decisões paritárias e com base técnica. 5) Câmara técnica paritária de caráter consultivo. Vânia explicou que a metodologia define quais produtos serão considerados no mix e esses dados são enviados para as Universidades que por sua vez calculam a participação de cada produto no mix, preço médio de venda no mercado, valor de referência de cada produto, participação do produto

no mix de comercialização e por fim a contribuição de cada produto no valor de referência. A professora explica ainda que os cálculos são revistos a cada dois ou três anos, dependendo de cada Conselho e que nesta revisão são levados em consideração os custos da indústria e também do produtor. Vânia cita que as principais vantagens dos Conseleites são: 1) Produtores e indústrias reunindo-se com frequência. 2) Produtores e indústrias com mais informações sobre o mercado, possibilitando diálogos mais produtivos. 3) O cálculo da capacidade de pagamento por derivado permite aos setores um melhor planejamento de sua produção e comercialização. 4) As informações de mix de vendas permitem inferências sobre a formação de estoques. 5) Os valores de referência por derivado - finais do mês anterior e parciais para o mês em curso - permitem melhor compreender a disputa pela matéria-prima a campo. 6) Os resultados do Conseleite, quando comparados às estatísticas de preços pagos aos produtores e pagos pelos consumidores, permitem inferências sobre as margens de produtores, indústrias e varejo ao longo do tempo. Vânia agradece coloca-se à disposição para sanar dúvidas dos participantes da reunião. Spies agradece a esclarecedora apresentação e questiona se existe uma possibilidade de um dia trazer o varejo para o diálogo dos valores de referência. Vânia explica que nas reuniões dos Conseleites de SC e PR é recorrente que esta demanda seja trazida à tona e que até agora não conseguiram traçar uma estratégia, pois a indústria fica em uma situação delicada, pois o varejo é seu cliente. Vânia finaliza parabenizando a iniciativa dos três estados em criar um fórum e diz que MG está cogitando pedir para assistir uma reunião da Aliança Láctea, pois acham um modelo muito bom de cooperação entre estados. Spies questiona se a professora considera que as exportações podem ser um fator que contribua para a estabilidade de preços e Vânia diz que sim, pois teria um canal de escoamento em caso de leite excedente. Alexandre Guerra parabeniza a professora pela apresentação, informa que é Coordenador do Conseleite do RS e lembra que a lei do mercado é soberana, pois quando se sai da posição de indústria e de produtor e coloca-se no lugar de consumidor, se quer pagar menos pelo produto e diz que este é o desafio do equilíbrio e que isso requer esforço. Guerra lembra que todas as indústrias com inspeção federal (SIF) são habilitadas para exportação, mas que alguns países exigem mais do que o MAPA audita, o que inviabiliza a exportação para alguns mercados. Ronei Volpi parabeniza a Professora por sua participação e lembra que esta pauta é constante e cita que a respeito do setor varejista que está na ponta com consumidor, realmente é um desafio e informa que em assuntos gerais estava programado para falar sobre a Semana Nacional do Leite e Derivados que é uma ação em parceria com a Abras que visa mostrar para o consumidor e para o varejo que, para que o leite e seus derivados cheguem às mesas das famílias brasileiras, é preciso muito trabalho e tecnologia. Desde a ponta da produção, no campo, passando pela indústria, o setor leiteiro emprega mais de cinco milhões de pessoas, e produz alimentos seguros e altamente nutritivos. Volpi informa ainda que a Semana do Leite é uma mobilização nacional com o slogan “Leite e Derivados: Alimentos que fazem o Brasil

“crescer”, com cunho educativo e informativo, demonstra que o Brasil é o 3º maior produtor de leite do mundo, produzindo 35,4 bilhões de litros por ano. A produção leiteira contribui para o PIB nacional, gerando emprego e renda para milhares de brasileiros. Ronei informa ainda que em reconhecimento ao setor, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) está participando ativamente da ação, que teve uma solenidade liderada pela Ministra Tereza Cristina em 03/11/2021. Volpi finaliza dizendo que a mesma palestra será utilizada em outras reuniões no PR para amenizar desavenças entre os elos da cadeia. O Coordenador, Airton Spies, agradece e passa para o próximo item da pauta.

6) Assuntos gerais e encaminhamentos: **A)** Semana Nacional do Leite e Derivados - Ronei Volpi: Spies informa que Ronei já explanou sobre o assunto e questiona se alguém tem alguma dúvida sobre o tema. Não havendo manifestação, segue-se para o próximo item de assuntos gerais. **B)** Wilson Thiesen, traz a pauta da estatística da Aliança Láctea que desde 2014 utiliza os mesmos dados de produção. Thiesen informa que tomou conhecimento do trabalho da Emater/RS do Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite e questiona como os demais estados poderiam fazer um levantamento semelhante e um estudo de projeção e tendência da produção, pois além da redução do número de produtores, temos o aumento da produção, pois isso é importante verificar as projeções. Spies informa que na reunião o Sr. Valdir Sangaleti, da Emater/RS, mas que ele se ausentou. Spies pede se alguém do RS pode explicar mais sobre este estudo. Rodrigo Rizzo informa que a Emater/RS não trabalha por amostragem e que foi feita pesquisa em todos os municípios do RS e que contou com o apoio de mais de 2.500 representantes de entidades como prefeituras municipais, sindicatos de trabalhadores rurais, inspetorias de defesa agropecuária, conselhos municipais de agricultura, indústrias, cooperativas, empresas de laticínios e associações de produtores, entre outras entidades. E que este estudo sempre é publicado em anos ímpares, o próximo será em 2023. Rizzo informa ainda que quem coordena este trabalho é o Jaime Ries e que pode conversar com ele para que seja elaborado o estudo em SC e PR com a mesma metodologia. Rizzo questiona se alguém da SEAPDR está na reunião ainda, pois a Emater/RS está ligada a SEAPDR e coloca-se à disposição para fazer contato com a Emater/RS, contando com a ajuda do Sindilat/RS. Spies questiona se o grupo acredita que seria importante a Aliança Láctea provocar uma reunião entre as três entidades para verificar a possibilidade de viabilizar este estudo. Alexandre Guerra cita que é importante conversar com Jaime pois é uma análise muito minuciosa e que para ter um resultado igual a este é preciso ter a mesma dedicação, por isso é importante envolver as entidades de ATER dos outros Estados. Ronei Volpi informa que recentemente o Sistema Faep/Senar assinou um termo de cooperação com o IDR que equivale a Emater no RS e Epagri em SC e que devem priorizar no PR um trabalho idêntico ao do RS, a ser coordenado pelo IDR. Volpi finaliza parabenizando o trabalho da Emater. Otamir Martins informa que a Adapar está mudando o cadastro dos produtores para identificar os produtores de leite para saber quem são,

onde estão e ter perspectiva de ter áreas livres de aftosa e brucelose e não mais propriedades, mas que o IDR não está mais na reunião para explicar isso. Wilson Thiesen informa que recebeu pedido de apoio do Secretário Norberto para levantamento da ociosidade de indústria láctea no PR e Thisen sugeriu que convocasse uma reunião com as entidades envolvidas para ampliar essa discussão. **C)** Encaminhamentos e datas das reuniões de 2022: 08 de março, 07 de junho, 26 de setembro e 08 de novembro, na mesma ordem de estados anfitriões, sendo o próximo estado Santa Catarina. **D)** Secretariado da Aliança Láctea: Spies solicita se o Sindilat/RS pode seguir assessorando o fórum nesta gestão e Palharini concorda. **E)** Cadeira na Câmara Setorial do Leite: Spies e Guerra informam que irão dialogar sobre este tema e informarão aos membros a decisão se Guerra permanece ou não como representante. **F)** Site da Aliança Láctea: Palharini cita que site está desatualizado e sem acesso, que seria necessário construir um novo site. Volpi cita que este acesso estava com a FAEP, mas que atualmente não se consegue atualizá-lo. **G)** Metas a longo e médio prazo: Palharini cita que é importante definir as pautas e metas de longo e médio prazo, que nestes últimos dois anos foi trabalhada a questão tributária, sanitária e que acredita que novas pautas devem ser incluídas e Spies lembra que os cinco pilares estabelecidos na criação da Aliança Láctea devem ser revistos para a próxima reunião. Nada mais havendo a ser tratado, o Coordenador Ailton Spies desejou um ótimo final de ano a todos e encerrou a reunião encerra-se às 12h21min a próxima reunião ficou definida para o 08 de março, às 09h, em formato a definir, com o estado anfitrião sendo SC.

Ronei Volpi

Coordenador

Aliança Láctea Sul Brasileira 2021

Ailton Spies

Coordenador

Aliança Láctea Sul Brasileira 2022-2023

Participantes:

- | | |
|--|--|
| 1. Jéssica Aguirres - Sindilat | 17. Lívia - Jardine Comunicação |
| 2. Darlan Palharini - Sindilat | 18. Marcelo Martins - Piracanjuba |
| 3. Adão Castro - Stefanello | 19. Maria Eduarda Pavan - Pandolfo |
| 4. Ailton Spies - Spiesagro | 20. Nicolle Wilsek - Faesc |
| 5. Alexandre Guerra - Sindilat/RS | 21. Osmar Redin - Apil |
| 6. Altair Silva - Secretaria da Agricultura SC | 22. Otamir Martins - Adapar |
| 7. Amabili Neckel - Sindileite/SC | 23. José Zeferino Pedrozo - Faesc |
| 8. Ana Groff - SEADPR | 24. Rodrigo Rizzo - Farsul |
| 9. André Silveira - IDR | 25. Rogério Kerber - Fundesa |
| 10. Paulo Lipp - Secretaria da Agricultura do RS | 26. Rogério Morcelles Dereti - Embrapa |
| 11. Fernando Cardoso - Embrapa | 27. Ronei Volpi - Faep |
| 12. Grazziane Rigon - Embrapa | 28. Valdir Sangaletti - Emater/RS |
| 13. João Seibel - Santa Clara | 29. Vânia Addario Guimarães - UFPR |
| 14. José Augusto Horst - Apcbrh | 30. Wilson Thiesen - Sindileite/PR |
| 15. José Baldoíno - Sindileite/SC | |
| 16. Karina Diniz - Cidasc | |